



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SÁBADO, 23 DE FEVEREIRO DE 2013

MEIO AMBIENTE

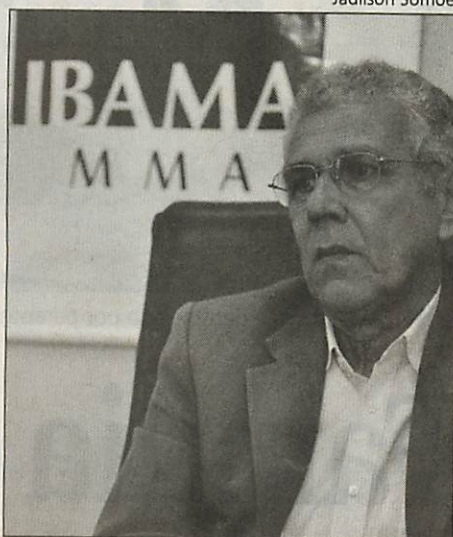
## Ibama comemorou 24 anos de fundação

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) completou 24 anos de atividade ontem. “Nossa maior conquista nesse tempo foi obter a confiança do cidadão na marca Ibama. Impregnamos a sociedade com o desejo de observar questões relacionadas ao meio ambiente”, falou o superintendente do órgão em Sergipe, Manoel Rezende Neto.

Um dos problemas que o órgão enfrenta é a falta de discernimento do público quanto às competências do instituto. “80% do licenciamento ambiental de Sergipe é feito pelo Estado, mas sempre acham que a responsabilidade é nossa. Felizmente, temos uma comunicação afinada com o governo local”, falou.

Esse entendimento acontece de modo mais evidente por meio de uma parceria entre o Ibama e o **Ministério Público Estadual (MPE)**. “Temos um sistema de ouvidoria. Por meio de um convênio com o **MP**, as denúncias de competência alheia são redistribuídas para Municípios e Estado”, falou.

Para Rezende, um grande legado foi aproximar as pessoas das questões ambientais. Denúncias, por exemplo, podem ser feitas através da Linha Verde, no telefone 0800-61-80-80 ou no site do Ibama.



MANOEL Rezende: sociedade participa mais

### Deficiências

O superintendente estadual frustra-se com duas questões: o desmatamento da Mata Atlântica e a fragilidade da mata ciliar (que beira os rios). “Apesar dos esforços dos entes federados, acho que esse empenho poderia ser melhor concentrado. A gente ainda tem muito a preservar e recuperar nessas áreas degradadas. Fizemos um esforço enorme, mas falta algo pra obtermos êxito”, frisou.

Então, o que falta? “Não é o número de fiscais que vai resolver o problema, mas uma parceria com autoridades ambientais dos municípios e Estados. A primeira abordagem deve ser feita pelo município, no caso de problemas locais; a segunda deve ser feita pelo Estado, no caso de interferências interestaduais. Por fim, a União, no caso o Ibama, entraria em caso de impactos regionais ou nacionais”, falou. Manoel Rezende cita a necessidade de auxílio de outros órgãos, como o **Ministério Público**, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNMP) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

“Mas o principal ator é o cidadão. Com uma conexão mais direta e harmoniosa, os problemas ambientais tendem a ser resolvidos com a ajuda dele”. E por que essa união entre diversos agentes não está azeitada? “Veja só o exemplo de Sergipe. Até pouco tempo, o projeto político da União, Estado e capital foi um só. O problema é que as questões ambientais e administrativas não levam a um lado só”, frisou.